

Maquiavel e a Autonomia da Política

Autor: João Artur Camargo de Oliveira

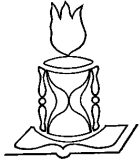
2º semestre / 2012

Introdução

Pretendo apresentar parte da visão política presente na obra de Nicolau Maquiavel, tendo como foco principal da discussão a relação entre Política e Religião. Como veremos, para Maquiavel, a política deveria ser autônoma, ou seja, não deveria prestar contas a nenhuma outra esfera de poder, como a esfera religiosa. Porém, apesar da ideia ter sido apresentada há mais de cinco séculos, ao longo do tempo, sempre houve a mistura religião-política, e não existem sinais próximos de que essa mistura um dia deixará de existir.

A questão se materializa quando olhamos para o cenário político paulistano na última eleição municipal: na campanha à prefeitura, vimos a imensa força de um candidato “nanico” apresentado pelo PRB, partido político em que dois terços de seus dirigentes são ligados a uma única instituição religiosa neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus. Mas isso não deveria nos surpreender, pois no Brasil, em todas as campanhas eleitorais que presenciamos, os candidatos formam fila para tentar apoio junto aos principais líderes religiosos, participam de diversos cultos e se dizem fiéis, mesmo quando não costumam frequentar nenhum culto no período não eleitoral.

Esses fatos nos chamam a atenção para algumas questões, como por exemplo: vale tudo na busca pelo voto, inclusive misturar diferentes esferas de poder? Nesse sentido, revisitar um clássico como Maquiavel é essencial para abrir caminho na reflexão sobre esses temas. A partir do entendimento do que diz Maquiavel, nas atividades práticas, poderemos refletir bastante sobre a relação atual entre política e religião.



Maquiavel: Vida, Obra e Contexto Histórico

É impossível dissociar a história de vida de Nicolau Maquiavel (1469-1527) da história da República de Florença, nesse período. Essa cidade, em que ele nasceu e morreu, é considerada o centro do Renascimento italiano, já que abrigou o desenvolvimento das ciências e das artes, por meio de figuras ilustres como Leonardo da Vinci (1452-1519) e Michelangelo (1475-1564), além do próprio Maquiavel.

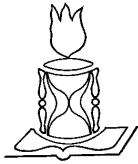
Durante sua infância e juventude, Maquiavel vivenciou um dos períodos mais importantes da história da cidade, sob a regência de Lorenzo de Médici, o Magnífico (1449-1492). Com a queda do poder monárquico e a instauração da república, em 1494, Maquiavel, então com 25 anos, adentra a vida pública.

Como funcionário da burocracia florentina, Maquiavel participou de inúmeras viagens em missões oficiais, que lhe permitiram dialogar com autoridades, como os reis Luís XII e Fernando II de Aragão, os papas Alexandre VI e Júlio II, além do imperador do Sacro Império Romano Germânico, Maximiliano I. Esse intenso contato com a política de seu tempo, aliado aos seus vastos estudos sobre a história, seria a base para a escrita de sua obra.

Com o retorno dos Médici ao poder, Maquiavel, acusado de conspiração, foi torturado e obrigado a se exilar da capital. Nesse período de isolamento, escreveu suas principais obras: *O Príncipe* (concluída em 1513, mas publicada apenas em 1532) e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (escrita entre 1513 e 1517). O Príncipe foi uma obra escrita para o monarca, orientando-o como agir com vista a manter e ampliar o seu poder, afim de que o Estado prosperasse.

Em 1520, foi permitido a Maquiavel o retorno a sua cidade natal, onde foi contratado por Juliano de Médici (futuro papa Clemente VI) para escrever a *História de Florença*, que o ocupou durante cinco anos. O autor adoeceu pouco tempo após a conclusão da obra, vindo a falecer em 22 de junho de 1527.

Esse contexto histórico em que viveu Maquiavel corresponde à passagem da Idade Média à Idade Moderna. Em toda Europa, assiste-se à superação do comércio monopolizado e local, e a passagem a um comércio de livre circulação entre as cidades, com a emergência de rotas comerciais que cruzam as grandes concentrações urbanas



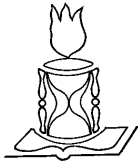
europeias. Com a ascensão de uma nova classe de comerciantes, a burguesia, nasce também o interesse em que haja governos fortes, centralizados e com maior alcance do que o governo das cidades.

Tais governos centralizados seriam necessários para instituir condições mais propícias ao novo fluxo comercial, como a regulação dos preços, a generalização do uso da mesma moeda e, de um modo geral, o advento de uma instituição capaz de centralizar o controle econômico.

Em busca de tais benefícios, a burguesia passa a apoiar o fortalecimento do poder real nos diversos Estados europeus. A partir desse impulso, os reis puderam, então, exercer um poder amplo e absoluto, submetendo a força das nobrezas e suprimindo algumas das instituições medievais, em geral, apelando para o uso da força. Esse longo processo político-econômico é, em linhas gerais, o de formação dos Estados nacionais, um dos aspectos que caracteriza a entrada da Europa na Idade Moderna.

Entretanto, essas mudanças ainda não haviam se concretizado na Itália. À época de Maquiavel, ela ainda se dividia em diversos principados ou cidades-estados independentes, em competição permanente, sujeitas a ataques bélicos frequentes e interessadas em expandir seus territórios. Essa situação de intensa disputa política e bélica deu ocasião para que Maquiavel refletisse a respeito das técnicas que os governantes deveriam empregar para manter seus territórios e, se possível, ampliá-los. Era um príncipe forte que Maquiavel esperava ver surgir para que a Itália pudesse se reunir num Estado único, centralizado e soberano em todo território da Península Itálica — unificação que só ocorreria entre 1861 e 1870.

Essas mudanças, vivenciadas por Maquiavel, foram determinantes para que ele pudesse empreender um novo tipo de pensamento político, que orientava os governantes justamente à centralização do poder, à monopolização do poderio militar e à priorização dos interesses do Estado, frente a todas as demais instituições. Por esse motivo, Maquiavel é visto pela posteridade como uma figura ímpar, já que “nenhum outro homem viu com tanta clareza a direção que estava tomando, em toda Europa, a evolução política” (SABINE, 1978, p. 252).



Sua obra mais conhecida: O Príncipe

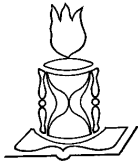
O principal esforço de Maquiavel em *O Príncipe* é apresentar as “causas do auge e decadência dos Estados e os meios pelos quais os estadistas podem fazer com que perdurem” (SABINE, 1978, p. 254). Quer dizer, trata-se de apresentar ao monarca quais regras devem ser seguidas para que ele possa manter e, de preferência, ampliar o seu poder de forma a fazer com que o Estado, sob seu domínio, prospere. O cerne do pensamento de Maquiavel pode ser resgatado de uma das ideias centrais de Platão: a noção de que o bom governante é capaz de adotar os remédios necessários no momento certo, tal como o médico na terapêutica do corpo (CHAUÍ, 2002).

Mas o que faz de *O Príncipe*, de Maquiavel, uma obra única é o teor e a novidade das regras de governo por ele propostas. Sua tese fundamental é a ideia de que a política não deve prestar contas a nenhuma outra esfera de poder. Isso significa que Maquiavel pretende garantir a autonomia da política, quer dizer, fazer com que o poder político seja independente, livre da ingerência de outros âmbitos de controle, como a religião ou a moral. No que segue, observaremos como a autonomia da política se manifesta nesses dois casos.

1. Autonomia da Política perante a Religião

Pode parecer estranho, nos dias de hoje, que a autonomia da política em relação à religião seja uma conquista. Mas, para que esse ideal de um Estado laico pudesse ser alcançado, foram necessários enfrentamentos de diversas ordens, inclusive intelectual. Nessa disputa, a obra de Maquiavel foi de fundamental importância. A ideia de que o governo dos Estados só é legítimo quando atribuído pelos representantes de Deus na Terra foi bastante comum, antes e depois de Maquiavel. A religião cristã, em particular, valia-se da autoridade de ninguém menos que São Paulo para sustentar essa posição. Nas *Epístolas aos Romanos* (cap. 13, vers. 1-2, Bíblia Sagrada), o apóstolo prega:

Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus. Assim, aquele que resiste à autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem, atraem sobre si a condenação.



Ao contrário do que possa a princípio parecer, é dos poderes terrenos que trata essa passagem das Escrituras. Sua primeira consequência direta é que só pode exercer o poder político legítimo, aquele que tiver a sanção dos representantes do poder divino na Terra. Em segundo lugar, o laço que obriga os súditos a se submeterem à autoridade do governante é dado pela ameaça da condenação (supostamente ao inferno) a todo aquele que não reconhece o poder atribuído, pela autoridade divina, ao governante secular.

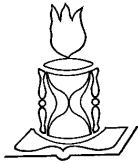
Ora, o princípio de autonomia que orienta o pensamento de Maquiavel é contrário a esse tipo de legitimação da autoridade, que sustenta que todo poder provém unicamente de Deus. Na verdade, Maquiavel simplesmente ignora esse tipo de explicação da origem do poder. Em sua obra, ele assume como princípio metodológico a ideia de que só são válidas as explicações que partam de *atos históricos*, e jamais aquelas que pressupõem ideais teóricos a respeito de como a política deveria ser.

Em matéria de política, ganha o jogo quem souber as regras reais e não as regras imaginadas pelos filósofos. É esse princípio metodológico que o orienta à recusa de explicações teológicas no âmbito da política. Se forem de fatos que se deve partir, é forçoso concluir, pela observação, que não há nada de divino no modo como o poder funciona, especialmente na Itália renascentista. Do ponto de vista de Maquiavel, “pensar que o poder desses novos principados provinha de Deus era não somente absurdo como até blasfemo” (CASSIRER, 1961, p.175).

Mas, para colocar-se contra a influência da teologia na política, era preciso que Maquiavel se colocasse um passo além do modo de pensar de seu tempo. É por isso que somente “um pagão que não conhecia o medo do inferno” (MEINECKE, 1959, p.31) poderia se levantar contra a ideia de que somente o poder divino pode legitimar o poder na Terra. Foi justamente essa característica de Maquiavel que o permitiu criar uma nova ciência: a ciência política.

2. Autonomia da Política perante a Moral

Outra consequência da atribuição de autonomia à política é que, quando se trata de conservar ou ampliar seu poder, o governante não precisa se submeter a qualquer princípio ético. Nesse sentido, *O Príncipe* é recheado de páginas que orientam os estadistas quanto à melhor maneira de quebrar promessas, quanto ao bom uso da



crudelidade, em que casos inimigos devem ser assassinados, etc. É por conta de prescrições como essas que o termo “maquiavélico” pode ser esclarecido como no *Dicionário Houaiss*: “... 2. que envolve perfídia, falsidade; doloso, pérfido (...); 3. Que se caracteriza pela astúcia, duplicidade, má-fé; ardiloso, velhaco”. Esse é, na verdade, o modo como a contribuição de Maquiavel penetrou na cultura popular, desde há alguns séculos. Mas, antes de fazer essas censuras ao autor de *O Príncipe*, é preciso entender qual a função que prescrições tão contrárias à ética desempenham em seu pensamento.

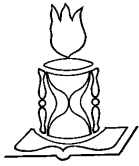
Notemos, em primeiro lugar, que Maquiavel não atacava os princípios éticos e morais. Se em sua obra nós encontramos aparentes transgressões dessas regras, é porque Maquiavel simplesmente “não encontrava uso adequado para [os princípios da moralidade] quando se ocupava de problemas da vida política” (CASSIRER, 1961, p.182). Isso fica mais claro quando pensamos que, para ele, as regras morais simplesmente não fazem parte das regras do jogo político. E, num certo sentido, é assim que Maquiavel trata a política: ele estudava as suas regras sem criticá-las, “sua única preocupação era descobrir o melhor lance — o lance que ganha a partida” (CASSIRER, 1961, p.182). É por esse motivo que é pouco adequado dizer que o autor d’*O Príncipe* é *imoral* (ou pérfido, ou ardiloso etc.).

Na medida em que Maquiavel “se limita a abstrair a política de toda outra consideração e escreve acerca dela como se fosse um fim em si” (SABINE, 1978, p.255), o melhor é dizer que Maquiavel é *amoral*. Ele não é imoral porque ele não infringe as regras morais; ele é, contudo, amoral, porque ele não se compromete com a moralidade instituída quando apresenta as regras que o príncipe deve seguir para alcançar seus objetivos.

Republicanism and *Virtù*

1. Forms of government and its relation with *Virtù*

Uma apresentação completa do pensamento político de Maquiavel não pode se limitar, no entanto, aos seus aspectos anticlericais e amorais. Se nos restringíssemos a esses aspectos, nós teríamos uma imagem apenas parcial, que mostraria Maquiavel



como um defensor resolutivo da Monarquia, como se ele estivesse comprometido com o Absolutismo que dominaria a Europa mais tarde.

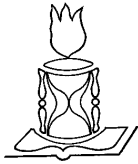
Por um lado, é inegável que sua obra influenciou decisivamente os teóricos do absolutismo. Mas um passeio por outras de suas obras, em especial os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, mostra que há um aspecto republicano em seu pensamento, avesso, portanto, às ideias absolutistas. Nesse livro, vemos um Maquiavel fortemente comprometido com a ideia de República, definida pelo autor como aquele regime em que os cidadãos gozam plenamente de sua liberdade.

Mas essas ideias não entram em conflito com aquelas apresentadas em *O Príncipe*, em que Maquiavel parece defender o regime monárquico. Observando com cuidado sua obra, o que notamos é que, para cada povo, certo regime de governo é o mais indicado. E a pergunta natural a se fazer é: como, então, se decide qual regime? Iremos concluir que “a *virtù* que vive em um povo é o elemento decisivo para sentenciar se é a monarquia ou a república a forma de governo mais adequada para ele” (SABINE, 1978, p. 45).

Mas o que é a *virtù* de que fala Maquiavel? Este conceito (tradicionalmente grafado em italiano) não equivale a nosso conceito de “virtude”. Isso porque, para as sociedades influenciadas pela religião cristã, virtude significa humildade, bondade, temperança, parcimônia. *Virtù* significa algo bastante diferente. Esse termo quer dizer “heroísmo e força para grandes façanhas políticas e guerreiras, e, sobretudo, para a fundação e manutenção de Estados florescentes, especialmente os Estados baseados na liberdade” (MEINECKE, 1959, p. 34).

Ora, quando somamos as considerações feitas até aqui, podemos extrair uma conclusão importante. Se, como vimos acima, é a maior ou menor presença da *virtù* o que vai definir qual a forma de governo mais adequada a um povo; e se essa característica está especialmente presente nos Estados baseados na liberdade — nas Repúblicas, portanto — então, podemos concluir que os povos ricos em *virtù* adotarão regimes republicanos, enquanto os povos aos quais falta essa característica serão monárquicos.

O que faz de Maquiavel um pensador mais próximo do republicanismo é o fato de que, para ele, o objetivo de todo Estado é a criação e o desenvolvimento de um povo com *virtù*. Se (e somente se) esse objetivo for alcançado, independentemente dos meios usados para isso, então esse povo está pronto para viver a liberdade garantida pela



República. É por isso que, tanto em *O Príncipe* quanto no *Discurso*, Maquiavel ensina como essa qualidade pode ser cultivada.

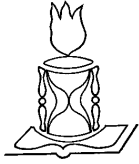
2. Virtù vs. Fortuna

A *virtù* pode ser caracterizada como a capacidade de lutar contra o que Maquiavel chama de fortuna. Para Maquiavel, a palavra “fortuna” diz algo muito próximo do que nós chamamos de “acaso”. Assim, ele afirma, no capítulo XXV de *O Príncipe*, que os homens costumam acreditar que todas as coisas são governadas pela fortuna e que a humanidade está à mercê de um destino hostil, cujas razões e motivos eles desconhecem e sempre desconhecerão.

Mas Maquiavel afirma que, na verdade, apenas metade de nossas ações está submetida desse modo à fortuna. A outra metade está plenamente sob o controle humano. Para ilustrar essa sua tese, Maquiavel compara a fortuna a um rio impetuoso que, ao inundar, destrói tudo o que encontra à frente. Mas ele não tarda em notar que, embora o poder de devastação do rio seja tremendo, assim que ele volta ao seu leito, os homens podem construir reparos e barragens que impedirão que o rio lhes cause o mesmo dano caso volte a inundar.

O que ocorre no mais das vezes é que os homens não se preparam para lidar com os ataques do acaso, culpando a má-sorte, quando um evento os pega despreparados. Desse modo, eles agem como aqueles que se queixam diante de uma nova cheia do rio ao lado de sua casa, mas não se preocupam em evitar que o mesmo volte a ocorrer. Estes preferem contar com a sorte. Mas a sorte é algo variável e traiçoeiro. Por isso ela deve ser dominada. As regras presentes n' *O Príncipe* são para ajudar o governante a "domar" a fortuna. Desse modo, podemos concluir que somente o possuidor de *virtù* pode dominar o acaso.

Mas como possuí-la? Segundo Maquiavel, somente a força de um príncipe virtuoso pode incuti-la em seus súditos. É por isso que ele deseja tal príncipe para a Itália. Retomando a metáfora da fortuna como um rio e a *virtù* como a capacidade para controlá-lo, Maquiavel afirma: a Itália é, em seus dias, como uma região à margem do rio, mas sem diques e sem nenhuma barreira. Quer dizer, falta aos italianos a capacidade de se tornarem senhores de seus destinos; falta a eles a *virtù*, necessária para erigir um Estado forte e livre — uma República.



É por conta dessa situação que, aos olhos de Maquiavel, os italianos precisam de um príncipe virtuoso que possa conduzir cada cidadão à mesma *virtù*, ao domínio da fortuna. Não é por outro motivo que *O Príncipe* é dedicado a Lorenzo II, o Médici que governava Florença na época de sua escrita. E justamente porque precisa desse líder, a Itália (e qualquer povo ao qual falte a *virtù*) deve assumir como sua forma de governo a monarquia. A partir dessa liderança e desse comando — que está autorizado a seguir as regras editadas em *O Príncipe* — será possível cultivar a *virtù* no povo italiano. Só então eles estarão prontos para construir um Estado que lhes garanta a liberdade, que dizer, um Estado para o qual um príncipe (Como César Bórgia ou Lorenzo de Médici) e a monarquia não sejam mais necessários.

Referências Bibliográficas

CASSIRER, E. (1961). *O Mito do Estado*. Lisboa: Publicações Europa-América.

CHAUÍ, M. (2002). *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das letras.

MAQUIAVEL, N. (1973). *O Príncipe*. São Paulo: Editora Abril.

MEINECKE, F. (1959). *La Idea de la Razón de Estado en la Edad Moderna*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

SABINE, G. (1978). *Historia de la Teoria Política*. México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.